

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COMUTRAN

Aos **11 dias de setembro de 2023**, às 19:30h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, localizado na Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quanto bastem para o quorum necessário para o início dos trabalhos, o Sr. Presidente do COMUTRAN, deu por iniciados os trabalhos fazendo a leitura da convocação e pauta da reunião ordinária que é a seguinte: 1) Leitura e aprovação de atas do COMUTRAN. 2) Ação impetrada pelo Município de Teresópolis e os reflexos no sistema público de transporte petropolitano. 3) Discussão acerca do grupo de whatsapp como ferramenta do Conselho; 4) Discussão da revisão do Regimento Interno do COMUTRAN. 5) Continuidade da discussão sobre o tema passe livre para estudantes universitários de universidade pública de nossa cidade e o passe livre para bolsistas e cotistas de universidades particulares de nosso Município. 6) Assuntos gerais. A presente reunião ordinária do COMUTRAN foi convocada, na forma do art. 16 do Regimento Interno, com a publicação da convocação na página 5 do Diário Oficial do Município de 04/09/2023. O livro registra as seguintes presenças à reunião: Thiago Galheigo Damaceno, Aguinaldo Augusto de Mello Junior, Alexandre Eduardo de Lima, Luiz Fernando Vidal Velloso, Evandro José de Oliveira, Marco Antônio da Silva, Flávio Ramos da Costa, Jeferson Gomes de Andrade, Eduardo Costa da Silva, Luciana Maria Périco Machado Coura, Artur de Souza Leite, Adriano Silva Pinto, Marcos Antônio Ferreira Ramos, Uilian Cavadas de Faria, Junior Cezar Maurício Marinho, Robson Martins de Souza Espírito Santo, Guilherme Freitas Gomes, Ayane R de Souza, Josemar A. Carvalho, Marcio Horto, Janaina Alves Vieira Bernardino, Carla Muller Rivetti, Cláudia Castilhos Leal, Santos Fernandes da Silva e Guilherme do Nascimento de Oliveira. Assinou, como outras presenças, o Sr. Tiago Ezequiel. Foi verificado o alcance do quorum de que trata o artigo 17 e do art. 22 em seu parágrafo único, ambos do Regimento Interno do COMUTRAN. Secretariou a reunião o Sr. Aguinaldo Augusto de Mello Junior, membro do Conselho pela CPTRANS. Deu início aos trabalhos o Sr. Presidente do COMUTRAN, THIAGO DAMACENO, desculpando-se, inicialmente, pelo atraso de 30 minutos em razão de estar, até alguns momentos atrás, ocupado na finalização de tarefa administrativa do governo, ressaltando que, não obstante, postergará a finalização da reunião ordinária de forma a não haver prejuízo nas discussões. Passando ao item 01 da pauta, o Presidente informou que seriam lidas e submetidas à aprovação do conselho, as atas das reuniões ordinárias ocorridas em 11/07/2023 e 08/08/2023, bem como a ata da 17ª CMTT, ocorrida em 29/07/2023. Ponderou, no entanto, que as três atas foram previamente disponibilizadas aos conselheiros no grupo de whatsapp do COMUTRAN para análise, indagando se algum conselheiro observou algo a ser retificado, corrigido ou alterado, ocasião em que nenhum conselheiro manifestou qualquer objeção aos seus termos. O conselho também, de forma unânime, aprovou a proposição da desnecessidade de leitura das três atas, restando, ao final, integralmente aprovadas. O Presidente fez a leitura do expediente, consistindo o primeiro numa solicitação do conselheiro JUNIOR CEZAR MAURÍCIO MARINHO de pauta para a próxima reunião do Conselho referente a embarque e desembarque para classe de motoristas de aplicativos. Disse o Presidente que a questão seria submetida ao Plenário (art. 14 do RI) nos assuntos gerais. O segundo expediente se trata de uma justificativa de ausência à presente reunião ordinária sobrescrito pela Sra. Conselheira Ana Beatriz P. da Silva em razão de doença de seu filho, não tendo havido qualquer oposição do plenário quanto ao seu acatamento. O terceiro expediente é o recebimento pelo Conselho do Ofício nº 611/2023 – CCC da Casa dos Conselhos de Petrópolis, com ênfase à necessidade de todos os conselhos municipais manterem atualizadas as atas dos conselhos e observarem o envio correto, e dentro do prazo, de pedidos de publicações. Passando ao item 02 da pauta, o Presidente THIAGO DAMACENO disse que, a despeito do Supremo Tribunal Federal já ter reconhecido, na semana passada, o direito do Município de Petrópolis com relação aos recursos do ICMS, salientou que era

importante discorrer algumas breves palavras sobre o tema de pauta, notadamente porque, segundo o Presidente, o ICMS é uma das principais receitas do Município. Comentou que quando o atual governo chegou em 2021, constatou uma situação muito difícil no aspecto financeiro e orçamentário que, certamente, impactariam nas contas do Município. Disse que as tragédias vividas em fevereiro e março de 2022 embora trouxessem uma perspectiva muito ruim para a Prefeitura, não impediram o governo de trabalhar internamente na busca de soluções para as dificuldades vividas. Comentou da capacidade técnica do atual Secretário de Fazenda, Paulo Roberto Patuléa que, em conjunto com sua equipe, verificou que algumas declarações relativas ao ICMS necessitavam de ajustes. Enfatizou o significado da “declaração acessória” que não impacta no imposto que a empresa paga, mas que importa para o Município na medida em que é a partir dela que surge o IPM (Índice de Participação do Município). Houve a concessão de liminar pelo Juízo da 4ª Vara Cível do Município no sentido de refazer as declarações e um novo IPM foi feito. Destacou a importância da decisão do Juízo que permitiu que Petrópolis saísse de uma situação de deficit para superavit. Disse o Presidente que a ajuda recebida pela cidade no período das grandes catástrofes, inclusive os 7/8 milhões de reais do governo federal, os 30 milhões de reais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e do governo do estado assumindo diretamente 04 ou 05 obras, sem outros repasses, não seria suficiente para a reconstrução da cidade. Foi a decisão da 4ª Vara Cível de Petrópolis, reconhecendo o nosso direito, que possibilitou ao Município o enfrentamento desse período tal doloroso de nossa história. Nesse sentido, o Prefeito iniciou um pacote de mais de 100 (cem) obras e que vem acontecendo. Disse que, para surpresa de todos, no período de maio ou junho desse ano, o Município de Teresópolis entrou com uma ação visando a suspensão da liminar concedida para o Município de Petrópolis, obtendo êxito junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O STJ manteve a liminar dada pelo TJRJ, mas o STF, atendeu um recurso do Município de Petrópolis e restabeleceu o direito do Município de Petrópolis. Ressaltou que uma das ações administrativas da PMP, possibilitada pela correção do IPM, foi efetuar o pagamento do valor a título de fonte de custeio das gratuidades, atualmente no montante de R\$1.800.000,00 conforme previsto na Lei do Vale Educação nº 8.209/2021, tendo observado que o acordo judicial tem contrapartidas por parte das empresas. Salientou o Presidente que se observa uma melhora paulatina do sistema de transporte público, desde 2021, notadamente quando se compara, por exemplo, o período de abril de 2022 a abril de 2023 que detecta um aumento do número de usuários no sistema. Dada a palavra ao conselheiro GUILHERME FREITAS, por ele foi dito que a questão do acordo que envolve o pagamento do subsidio do vale educação é importante, principalmente se prevê contrapartidas por parte das empresas. Disse, porém, que há participantes da reunião, não conselheiros, do 5º distrito, que gostariam de se manifestar na reunião com relação a deficiência do transporte urbano na Posse. Convidou o Presidente do COMUTRAN e a Conselheira Carla Rivetti para enfrentarem o transporte público às 5h da manhã na Posse. Disse que a vida cotidiana dos usuários do transporte público voltou ao normal, mas não para os usuários do 5º distrito. O conselheiro disse que o acordo judicial que prevê contrapartidas deveria ser disponibilizado aos conselheiros. Retomou a palavra o Presidente do COMUTRAN, THIAGO DAMACENO, afirmando que o pedido de acesso ao documento judicial é bastante pertinente, porém, mais do que isso, melhor seria uma apresentação do tema pelo SETRANSPETRO. Solicitou a palavra a conselheira CARLA RIVETTI também para ouvir as demandas dos moradores da Posse, destacando a importância do diálogo na construção de soluções. Disse que o sistema de transporte, hoje, não tem a mesma quantidade de passageiros que tinha antes da pandemia, discorrendo as diversas circunstâncias que fizeram e fazem, segundo a conselheira, com que o usuário ainda não tenha retornado ao sistema, como antes. Disse que a linha da Posse está, atualmente, com 100% da frota de antes da pandemia, salientando que, se for necessário ouvir a comunidade, assim o fará, dentro da empresa operadora para analisar a situação, se necessário. Dada a palavra ao conselheiro JUNIOR CEZAR, pelo mesmo foi dito que foi ao 5º distrito para

acompanhar a demanda. Disse que tem que haver um estudo que avalie o aumento da população, a possibilidade do aumento da frota em horário de pico e ver o que a empresa pode fazer para melhorar. LUCIANA PÉRICO disse que a hora que o transporte for sério, tudo será respeitado. Referiu-se sobre a falta de fiscalização dos veículos estacionados irregularmente nos bairros, prejudicando sobremaneira o transporte coletivo. Relatou que pode presenciar na quinta-feira passada que quebrou um ônibus da empresa Cidade Real e passaram outros cinco ônibus que se negaram a levar os passageiros do veículo quebrado numa atitude de total desrespeito aos usuários. Disse que está reivindicando uma linha direta do bairro Itamarati ao Bingen porque há demanda suficiente pra isso. Solicitou a palavra o conselheiro GUILHERME NASCIMENTO e, no uso dela, disse que nos anos 90, o governo Gratacós fez os Transbordos de Corrêas e Itaipava, objetivando fazer justiça social, também com a tarifa única, à população do 4º e do 5º distritos. Observou, contudo, que, em seu entendimento, os transbordos, atualmente, não tem mais o mesmo papel. Disse que as linhas não são viáveis porque o sistema urbano da Posse não liga ao Centro. Comentou que agrava o problema uma área no Centro da Posse, denominada ponto de transferência, que serve para a conexão das linhas alimentadoras da região com o troncal que liga a Posse ao Terminal Itaipava, tornando a viagem dos usuários muito desgastante. Sugeriu a utilização da BR 040 para essa linha direto até o Centro como alternativa, beneficiando toda a população. Por fim, disse que o maior hospital público do Município, o Alcides Carneiro, precisava ter uma linha direta do Centro. Acesso rápido ao principal equipamento público de saúde. Solicitou a palavra o conselheiro GUILHERME FREITAS para propor a inversão da pauta, discutindo-se, em assuntos gerais, as demandas trazidas durante o mês no grupo, notadamente aquelas relativas ao 5º distrito. O Presidente ponderou que a pauta era extensa e entendia que os assuntos eram de muita importância, razão pela qual, em seu sentir, melhor seria a manutenção da ordem da pauta. Colocada a matéria em discussão, a pauta foi mantida, por maioria. Dando seguimento à reunião, e passando ao item 03 da pauta, discussão acerca do grupo de whatsapp como ferramenta do Conselho, o Presidente fez breve explanação sobre as questões apresentadas no grupo, enfatizando que entende que toda crítica e solicitações contribuem para a melhoria do sistema. Elogiou as preocupações dos membros da sociedade civil inclusive com a criação de um grupo de whatsapp alternativo, mas ressaltou que as mensagens encaminhadas ao grupo de whatsapp do COMUTRAN são diversas do propósito, da atribuição do Conselho. Disse que o grande número de mensagens traz demandas da CPTRANS e não do COMUTRAN. Comentou que o grupo tem outros membros além daqueles que compõem a Companhia. Disse que não deixou que as mensagens passassem despercebidas, mas, dado que o grupo do COMUTRAN não seja o canal adequado para tais postagens, tornou-se inviável dar andamento, de forma sistêmica. Disse que a CPTRANS trabalha na criação de um canal específico para o recebimento das demandas relativas a CPTRANS, mas que, também, precisa criar a dinâmica de como será tratada a demanda que chega ao canal. Nesse sentido, entende que em 30 (trinta) dias, a CPTRANS terá um plano de trabalho para disponibilização desse canal. Dada a palavra à conselheira LUCIANA PÉRICO, por ela foi dito que defendia a manutenção desse canal como meio de transmissão das demandas recebidas pelos membros da sociedade civil. Citou o grupo de whatsapp da empresa Cidade das Hortênsias como um que funciona muito bem. Disse que, mesmo que a mensagem não seja vista na hora, sempre há um retorno. Disse que o canal de whatsapp agiliza. FLÁVIO RAMOS DA COSTA disse que os canais das empresas, mencionados anteriormente pela conselheira Carla Rivetti, funcionaria muito bem, devendo ser disponibilizados. GUILHERME FREITAS disse que o canal do COMUTRAN não é a melhor opção, mas disse que é o seu segundo mandato e já viu situações que entendeu equivocadas como o fechamento do grupo para os conselheiros em outras gestões. Disse que na outra gestão, a CPTRANS comprometeu-se a criar um canal para recebimento de devolutivas, o que ainda não ocorreu. Disse que é só criar. Comentou que a conselheira Patrícia Salvini coloca, sempre, o whatsapp dela para solucionar as demandas que lhe são encaminhadas. Isso é bom, segundo o

conselheiro, mas entende que esse canal precisa ser do Poder Público, precisa ser da CPTRANS. GUILHERME NASCIMENTO, com a palavra, disse que há a necessidade de se criar uma dinâmica de comunicação, sugerindo a ramificação de canais de acordo com as áreas estabelecidas, tais como: 1) estacionamento irregular, 2) multas e 3) atraso de horários de ônibus. Citou a necessidade de, nas informações, existir o máximo de transparência, como por exemplo, as linhas de ônibus que ainda não voltaram para o sistema, enfim uma comunicação mais honesta e mais dinâmica. EVANDRO JOSÉ parabenizou a sociedade civil pelo trabalho desenvolvido, mas pontuou que o grupo de whatsapp do COMUTRAN precisa ser melhor utilizado. Disse que tem, diariamente, a comunicação de clientes pelo whatsapp e as muitas mensagens lançadas no grupo relativas às questões da CPTRANS acabam o atrapalhando no desenvolvimento de seu trabalho. UILIAN CAVADAS sugeriu a criação de grupos setorizados de modo a agilizar o atendimento. CARLA RIVETTI solicitou o apoio da sociedade civil dentro das comunidades no sentido de conscientizar os moradores sobre o estacionamento irregular que atrapalha sobremaneira no sistema de transporte. JEFERSON ANDRADE disse entender que o e-mail é o meio mais seguro e legal, até para se requerer direito futuro. AYANE disse ser contra a criação de vários números, achando razoável que seja um só número, um só canal. Disse que enquanto se aguarda a criação do canal para envio das demandas, sugere que a CPTRANS participe do grupo de whatsapp criado pela sociedade civil, de imediato. SANTOS SILVA disse que não viu reclamações relativas a nova linha do Bataillard, Rua João Balter, e isso é importante, porque aquela conquista foi construída com reuniões com os moradores da comunidade. Disse que com relação ao estacionamento irregular de veículos nas comunidades, gasta-se muito dinheiro comprando placas que os próprios moradores arrancam. Retomou a palavra THIAGO DAMACENO para ressaltar a importância da criação desse canal para tratar exclusivamente das demandas da CPTRANS. Foi dada a palavra ao Sr. LUIZ HENRIQUE, da Associação de Moradores da Rua Getúlio Vargas) que trouxe reclamação sobre o funcionamento atual das linhas 405 (Getúlio Vargas) e 425 (Venezuela), notadamente com relação aos horários estabelecidos que não estão sendo cumpridos. Disse que no dia 07 de setembro, houve grande desrespeito aos horários, prejudicando todo o bairro. Disse que trouxe um ofício para protocolizar nesta reunião, tendo sido ele entregue ao Presidente do COMUTRAN. Foi dada, também, a palavra, ao Sr. WILLIAN, que indagou da possibilidade de utilização de ônibus articulados, tipo BRT, trafegarem pela BR 040 porque é um percurso mais fácil. O Presidente do COMUTRAN, em resposta, disse que a CPTRANS contratou a COPPE/UFRJ para elaboração de um estudo diagnóstico do transporte público urbano no Município e, certamente, as sugestões que esse estudo trará, contemplarão, também, itens como esse que o senhor usuário trouxe. JUNIOR CEZAR e GUILHERME NASCIMENTO comentaram que a TURB já tentou esse percurso sugerido pelo senhor usuário, mas, ao que sabem, não foi à frente. Dada a palavra à Sra. usuária JULIANA, pela mesma foi dito que será bom setorizar os canais de denúncias e reclamações. CARLA RIVETTI disse que irá postar no grupo de whatsapp os canais de comunicação com as empresas operadoras do sistema. Dado o adiantado da hora, o Presidente do COMUTRAN, THIAGO DAMACENO, disse que precisaria se ausentar da reunião, tendo em vista um compromisso externo que o obrigava a se retirar naquele momento, ressaltando, não obstante, que, quanto ao item 04 da reunião, a comissão já foi criada em reunião ordinária do Conselho, bastando se reunirem. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. SANTOS SILVA, vice-presidente do COMUTRAN constatando, não obstante, que, face ao adiantado da hora, muitos conselheiros precisaram sair, o que resultou na ausência de quorum para o prosseguimento da reunião. Deu a palavra ao conselheiro GUILHERME FREITAS que, no uso dela, disse que a UNE trouxe um estudo sobre subsídio da gratuidade para apresentação porém verifica que não houve tempo hábil pra isso. Disse que havia também outros temas para deliberação em assuntos gerais, tais como vagas de embarque e desembarque para veículos de aplicativo, criação de linha direta para a Posse, estacionamento irregular de veículos nos bairros, principalmente no Bairro

Jardim Salvador, manutenção dos terminais de transbordo, eleição do representante da JARI e CIP na próxima reunião. SANTOS SILVA deu por encerrada a reunião, permanecendo, não obstante, com os conselheiros presentes debatendo sobre gratuidades no sistema de transporte público. Nada mais havendo, encerrou-se a presente que segue assinada pelo secretário da reunião e pelo Presidente e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será lavrada no livro próprio.

Aguinaldo Augusto De Mello Junior
Secretário designado

THIAGO GALHEIGO DAMACENO
Presidente do COMUTRAN